

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DO EDUCADOR FÍSICO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Ivanilda Barbosa Estrela Franco¹
Érica Stoupa Martins²
Débora Cristina Ricardo³
Janine Lopes Carvalho⁴
janinelcarvalho@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

Sabendo-se que a escola inclusiva tem por finalidade diminuir as diferenças sociais, os profissionais de ensino precisam estar preparados para enfrentarem as diversas situações que certamente fazem parte do cotidiano escolar. Neste sentido, o profissional de Educação Física deve procurar adaptar todas as atividades propostas de acordo com as necessidades dos alunos. Criar um ambiente amistoso e colaborativo durante as aulas, estimular os alunos para que todos consigam o melhor desempenho possível, tratando-os como indivíduos em processo de evolução e respeitando as diferenças. Este artigo buscou valorar a relação entre a Educação Física e a aprendizagem em crianças com deficiência física, num contexto de inclusão. Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado uma pesquisa com 8 profissionais de Educação Física, na cidade de Pitangui/MG. O resultado apontou que as adaptações curriculares, no que se refere às atividades físicas no contexto escolar são totalmente possíveis, necessárias e positivas; contudo, nem todas as escolas e nem todos os profissionais estão preparados para enfrentarem as diversas situações que comumente fazem parte do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Educação Física; Inclusão; Acessibilidade.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Educação Física, pós-graduado em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência.

² Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Mestre em Serviço Social. Professora da Faculdade Vértice - Univértix.

³ Doutoranda em Educação, Mestrado em Educação, Especialização Lato- Sensu em Design Instrucional para EAD Virtual, Especialização Lato- Sensu em Educação a Distância, Especialização Lato- Sensu em Linguística, graduação em Licenciatura Plena em Letras: Língua e Literatura Portuguesa, graduação em Pedagogia. Pesquisadora da CAPES. Integrante dos grupos de pesquisa: Grubar (Grupo de Aprendizagem em Rede/ UFJF) e NGIME (Grupo de pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância/UFJF).

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF, coordenado pela professora Dr^a Eliana Lúcia Ferreira. Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

Embora a inclusão, pareça ser um dos temas mais falados e discutidos no meio educacional, é considerada ainda o ponto frágil de muitos educadores, sobretudo os da Educação Física. A mudança curricular ocorrida no final da década de 1980 incluía em seu Projeto Político Pedagógico a disciplina Educação Física Adaptada, presumindo a atuação do professor com pessoas deficientes (BRASIL, 1998).

Sabendo que estes alunos devem ser vistos como sujeitos capazes de desenvolver competências nas mais diversas áreas da educação e do trabalho, podendo sim, constituírem em cidadãos plenos, com direitos e deveres assegurados, saindo definitivamente da margem da sociedade, pretende-se neste trabalho descrever a atuação do Educador Físico que trabalham com estes alunos inclusos em sua turma (MARTINS, 2014).

Segundo o PCN de Educação Física... “quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos. Esse é um dos aspectos que diferencia a prática corporal dentro e fora da escola” (p.25).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) preconiza: que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, e a mesma afirma que a Educação Física tem valor igual ao dos demais componentes curriculares, abandonando o entendimento de ser mera atividade destituída de Intencionalidade educativa, passando a ser considerada como área do conhecimento (BRASIL,1996).

A presente pesquisa teve como objetivo geral conhecer as condições de trabalho que o professor de educação física possui para atender às necessidades do aluno com deficiência em suas aulas. E como objetivos específicos: conhecer o perfil do professor através de sua formação abordando aspectos da sua atuação; verificar as condições de acessibilidade no ambiente escolar; verificar as condições de inclusão nas práticas da Educação Física em três escolas municipais de Pitangui-MG.

Através desse estudo aspira-se promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo a inclusão do aluno deficiente nas aulas de educação física em turma do ensino regular das escolas públicas da cidade de Pitangui MG.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação Física Inclusiva

A educação física já teve inúmeros papéis dentro do sistema de ensino brasileiro. Ghiraldelli Júnior (2007), salienta algumas tendências da educação física brasileira: a Higienista (até 1930), Militarista (1930 a 1945), Pedagogicista (1945 a 1964), Competitivista (1964 a 1985) e Educação Física Popular a partir de 1980. Observa-se ainda que a mesma tem evoluído desde o final do século XIX, onde passou a ser obrigatória nas escolas públicas. Nas escolas públicas nas décadas de 1930 e 1950, nesse período as aulas eram corretivas atendendo apenas aqueles alunos ditos anormais pelo senso comum. A indicação a aula se baseava em um exame completo realizado por um médico, este decidia se o aluno deveria participar do programa normal ou do corretivo, as aulas corretivas consistiam em atividades limitadas, restritas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Foi somente após a Declaração de Salamanca, que prioriza a inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade, que esse público passa a ganhar espaço, e são integrados ao mundo social, escolar (STRAPASSON e CARNIEL, 2007).

A Educação Física adaptada surgiu no Brasil no início dos anos 80, tendo como objetivo tratar da formação acadêmica e profissional da Educação Física; Segundo Oliveira, Santos e Rabello (2011).

Surge num momento político de fortalecimento no âmbito internacional e nacional dos movimentos de luta e defesa pela integração plena e participação social das pessoas com deficiência. No âmbito nacional vivíamos um período de redemocratização do país que se tornou propício para a exposição de um amplo movimento de renovação crítica nas distintas práticas sociais, escolares e no interior da área de Educação Física, com consequências diretas nas políticas e práticas de formação e atuação profissional dos professores de Educação Física (p.2).

A gênese do esporte adaptado está diretamente ligada à sua utilização na reabilitação física dos indivíduos com deficiência. Seu início se deu no final do séc. XIX e desde então vem reunindo pessoas que apresentam a mesma deficiência em várias modalidades esportivas (LIMA, 2014).

Através dos esportes adaptados, as pessoas com deficiência estão construindo uma nova identidade, atrelada a uma história personificada dentro de

uma proposta coletiva, onde o preconceito, se não superado é confrontado (FERREIRA, 2014).

Por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (1998), verifica-se que a humanidade caminha em passos lentos, na evolução de certos processos históricos. Isto não foi diferente com relação a evolução no esporte e na cultura, em locais adaptados para as pessoas com deficiência (BRASIL, 1998).

Mesmo havendo evolução, ainda é pouca em âmbito nacional, pois as barreiras e os obstáculos enfrentados são grandes. É visível a falta de estrutura nas escolas e nos centros esportivos e de lazer. Conforme se encontra em Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física (1998).

A aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do portador de necessidades especiais, e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, sem preconceitos (p.57).

Os benefícios da atividade física e de aptidão física têm se tornado um dos mais populares tópicos no círculo da mídia, com as descobertas de novos métodos sendo propagadas nos jornais, rádio e em revistas e jornais especializados de todo mundo. Mesmo com toda a publicidade, a mensagem parece ser aprendida somente por uma pequena porcentagem da população. Apesar de toda ênfase sobre atividade física e saúde nessas últimas décadas, informações sobre regras de exercícios para pessoas com deficiência em geral e aquelas com grau mais severo em particular são escassas (CAMPEÃO, 2014).

Para que as aulas de educação física realmente alcancem o objetivo da inclusão, é preciso que sua estrutura seja modificada, que atividades diferenciadas sejam criadas para assim incluir o aluno portador de necessidades especiais e ao mesmo tempo incluir o aluno dito “normal” (SILVA; ARANHA, 2005).

Quanto mais os alunos aprenderem variações de jogos ou novos jogos, mais possibilidade terá de ampliar o entendimento de regras. Pois através das brincadeiras, dos jogos, das atividades, os alunos portadores de necessidades especiais aprendem a conviver, ganham auto-estima, desenvolvem habilidades motoras, dão asas à imaginação, são valorizados em suas habilidades, são instigados a trabalhar sua criatividade (MARQUES; SILVA; SILVA, 2008).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de estudo descritivo, do tipo qualitativo. De acordo com Gil (2010), estudos descritivos têm como o objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, tempo de serviço, número de empregos, formação escolar, etc. Algumas pesquisas descritivas vão além de simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação.

Lakatos e Marconi (2011) afirmam que os estudos descritivos, como o próprio nome diz procuram descrever situação e mercado a partir de dados primários, obtidos originalmente por meio de entrevistas pessoais ou discussões em grupos, relacionando e confirmando as hipóteses levantadas na definição do problema de pesquisa.

O estudo foi realizado no município de Pitangui MG, que conta com 7 escolas Estaduais na zona urbana e 2 na zona rural, 4 escolas Municipais urbanas e 7 escolas Municipais rurais e 5 escolas particulares na zona urbana. Foram escolhidas 3 escolas municipais, sendo uma na zona urbana e 2 na zona rural. O critério de escolha utilizado foi o maior número de alunos matriculados em escola municipal.

Os dados referentes as escolas são baseadas no senso 2017 as escolas analisadas são Escola Municipal Maria Martins, atende 430 (quatrocentos e trinta) estudantes, divididos em dois turnos, matutino e vespertino, sendo as turmas do Ensino Fundamental - Anos iniciais e finais. Na escola há 15 salas de aula, uma sala da diretoria, uma sala de professores, laboratório, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, cozinha, biblioteca, refeitório, despensa, sala da secretaria, pátio descoberto e quadra de esportes coberta.

Escola Municipal Campos Sales, atende 123 (cento e vinte três) estudantes, divididos em três turnos: matutino, vespertino e noturno, sendo turmas da Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos iniciais e Finais. Na escola há 8 salas de aula, uma sala de diretoria, uma sala de professores, cozinha, biblioteca, sala da secretaria, refeitório, despensa, quadra de esportes coberta e pátio descoberto. A

escola fica situada na Rua Coronel Agenor de Faria, 590. Rio do Peixe, município de Pitangui MG.

Escola Municipal Paulo Martins, atende 218 (duzentos e dezoito) estudantes, divididos em três turnos, matutino, vespertino e noturno, sendo turmas da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos iniciais e Anos finais e Educação de Jovens e Adultos. Na escola há 12 salas de aula, uma sala de diretoria, uma sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, biblioteca, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala da secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio descoberto, quadra de esportes coberta.

Os sujeitos deste estudo foram 8 professores de Educação Física de ambos os sexos, atuantes em 3 escolas urbanas e rurais distintas da rede municipal de ensino de Pitangui M G. Os questionários foram entregues aos 8 professores, todos se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário, previamente elaborado. O questionário é “constituído por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito [...], as perguntas devem ser claras e objetivas, a linguagem utilizada [...] deve ter o vocabulário adequado ao nível de escolaridade dos informantes (OLIVEIRA, *et all*, 2015).

As questões foram elaboradas de forma que atingissem os objetivos da pesquisa. Formados em três etapas, a primeira etapa com o intuito de conhecer o perfil dos professores no âmbito da formação inicial e tempo de experiência no exercício da docência. A segunda etapa questões que abordam as condições de trabalho e a terceira etapa aborda aspectos da atuação dos professores e a inclusão dos alunos deficientes.

Antes de responder o questionário foi explicado aos professores o objetivo do estudo e a importância da fidedignidade nas respostas. Os participantes foram assegurados a ter acesso os dados da pesquisa sem que isso os prejudique, além da não identificação de seus nomes. A realização da pesquisa foi de acordo com os aspectos éticos e legais, visto que envolve seres humanos, e todos têm suas particularidades. Assim, todos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após a devida leitura.

Os dados foram coletados no mês outubro e novembro de 2019.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados permitiram a organização das categorias de análise que seguem: a) Formação do professor b) acessibilidade à escola e acessibilidade às aulas de educação física c) Atuação do professor. Os professores participantes nessa pesquisa foram chamados de João, Bruno, Darlan, Wilson, Luiz, Amanda, Katrine, Mércia, representados por nomes fictícios para resguardar suas identidades.

Em relação ao perfil dos entrevistados, pôde-se verificar que no que diz respeito à faixa etária, a maioria dos participantes da pesquisa tem entre 30 e 39 anos, o que corresponde a 75% dos entrevistados. Em relação a formação a 75% dos entrevistados possui Pós-graduação.

Quanto ao tempo de atuação profissional 50% atuam entre 10 a 20 anos. Quanto ao número de escolas em que lecionam, a maioria atua em duas escolas o que corresponde a 75% dos entrevistados.

Tabela 1 – Dados de formação dos entrevistados.

Variáveis	N =	%
Gênero		
Masculino	5	62%
Feminino	3	38%
Faixa etária		
Até 29 anos	1	12,5%
30 – 39	4	50%
40 – 49	2	25%
50 ou mais	1	12,5%
Formação		
Graduação	1	12%
Pós-graduação	7	88%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Tempo de atuação profissional		
5 a 9 anos	2	13%
10 a 20 anos	5	62%
20 ou mais	1	13%
Em quantas escolas você trabalha		
1 escola	1	14%
2 escolas	7	86%
3 escolas	0	0%
4 escolas	0	0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sobre a acessibilidade no ambiente das escolas em que atuam, Bruno, Darlan, Luiz e Amanda, afirmaram que existem adaptações necessárias para receber alunos deficientes. João, Katrine, Mércia, afirmaram que não, Wilson respondeu parcialmente.

Todas as pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva ou visual possuem o direito à igualdade de oportunidades e cabe às instituições o dever de manter assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino para promover acessibilidade nas escolas. A acessibilidade escolar é um direito que vigora desde 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e está presente tanto em escolas da rede pública, quanto privada (GIL, 2017).

Sobre o trajeto percorrido com os alunos da sala de aula até o espaço utilizado para as aulas de educação Física. Foi perguntado se eram adequadas ou não, se atendiam as necessidades presentes e futuras. As respostas foram as seguintes, João, Katrine e Mércia, disseram que sim, Bruno, Darlan, Luiz, Amanda e Wilson afirmaram que não.

Sasaki (2009) afirma que a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Bracht (2003) discursa sobre a importância da existência de materiais, equipamentos e instalações adequados para as aulas de Educação Física, sendo que sua ausência ou insuficiência podem comprometer o alcance do trabalho pedagógico.

Vieira (2014) corrobora pontuando que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com necessidades especiais, os argumentos citados por ele vão desde a formação inadequada dos professores, a ausência de recursos até falta de mudanças estruturais nas escolas.

Sobre aspectos da atuação dos professores e a inclusão dos alunos deficientes. Quando perguntados sobre sentirem preparados para trabalhar com alunos deficientes, as respostas foram as seguintes:

Não totalmente, embora eu tento me esforço, mas não é sempre que eu consigo alcançar resultado positivo com o deficiente (JOÃO)
Parcialmente porque as vezes planejo uma atividade com a turma e não consigo fazer adaptações para incluir o aluno deficiente (WILSON).
Um pouco pois não é toda aula que consigo trabalhar com o aluno deficiente (MÉRCIA).
Não muito, sinto que tem muito ainda que aprender em relação a incluso (BRUNO).
Já teve época que sim, mas agora cada dia percebo que não porque as crianças estão saindo das APAEs e vindo para as escolas regulares, e sinceramente pouca coisa sei quando se fala em inclusão (DARLAN).
Não totalmente, a gente estuda e parece que cada dia aparece coisa nova na prática (LUIZ).
Parcialmente pois sempre me deparo com situações que me faz repensar as práticas, construir estratégias e mudar regras (AMANDA).
Eu não tenho dificuldades, me sinto preparada para trabalhar a educação inclusiva (KATRINE).

Para Carmo (2002, p.25)

A capacitação profissional dos professores de Educação Física. Apesar da inserção de disciplina voltada para questões referentes às necessidades educacionais especiais nos programas dos cursos de graduação, seus conteúdos ainda não apresentam a efetividade necessária.

Ao serem interrogados sobre os cursos realizados, Darlan, Luiz, Amanda e João, afirmaram estar realizando cursos de capacitação, Katrine, Mércia, disseram que além de cursos de capacitação, cursaram pós graduação em educação física inclusiva e Wilson e Bruno disseram ter somente a graduação, mas que pretendem realizar cursos de capacitação.

Chicon, e Rodrigues (2011, p. 13), corroboram afirmando que adequação:

São propostas de capacitação dos professores, adequação de estrutura física, iniciativas interdisciplinares com centro de apoio aos professores e família, entre outras, que tendem para um conjunto de ações que vêm, mesmo que precariamente, respaldando o processo de inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino.

Ao serem questionados sobre a importância do processo de ensino inclusivo para todas as crianças, as respostas obtidas foram:

Eu reconheço e considero importante, tanto para os deficientes quanto para os demais, só que trabalhar a inclusão não é fácil requer muita habilidade do professor (JOÃO).
Sem dúvida é muito importante, porém não é tarefa fácil, mas eu acredito que as coisas vão melhorar porque quando olhamos pra traz dá pra perceber o quanto já evoluímos (KATRINE).
Sim muito importante. Eu acredito que daqui a alguns anos a formação dos professores terá uma carga horária que contemple mais a inclusão.

Professores melhores preparados é o primeiro passo para uma inclusão realmente positiva (MÉRCIA).

Sim muito importante, embora não seja fácil (LUIZ).

É importante sim, todos tem direitos iguais e devem ser respeitados.

Considero sim, muito importante (DARLAN).

Considero importante e necessário (AMANDA).

A inclusão além de um direito de todos é muito positivo para o desenvolvimento do indivíduo (WILSON).

Considero sim muito importante. (BRUNO).

Ao longo da história, muitos dos espaços sociais foram negados à pessoa com deficiência e, entre eles, “o espaço escolar”. Entendendo a real necessidade de mudança nesse quadro, a legislação de atendimento educacional especializado nos estabelecimentos de ensino norteada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96) e pela Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria nº 555/2007), assim como pelas Leis nº 10.048 e 10.098 de 2000, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência no âmbito social, cultural e educacional (Lei nº 13.146, 2015).

Em relação a escola, sobre a estrutura, os materiais e profissionais qualificados, apenas dois disseram que a escola onde trabalham, possui todos estes quesitos. As respostas foram:

A escola onde trabalho tem tudo para ser perfeita, bons profissionais, espaço amplo, quadra coberta, abundância de material. Porém necessita com urgência de uma rampa ou elevador, pois a escola possui 2 andares e o acesso se dá por escadas (BRUNO).

Quanto a estrutura precisa urgente de uma rampa, porque o acesso pelas escadas é muito desgastante para todos, mas sobretudo para os deficientes. Quanto aos materiais e profissionais excelente (DARLAN).

A escola tem bons profissionais e muito material para se trabalhar, somente a estrutura física é que não foi adaptada até o presente momento. Embora tenha passado por reforma recente (LUIZ).

Excelente os materiais e profissionais, porém a estrutura física não é adequada para deficientes (AMANDA).

Infelizmente na escola em que trabalho falta material para se trabalhar, o acesso a quadra de esportes se dá por escadas. Somente os profissionais são competentes e qualificados (JOÃO).

Na escola onde trabalho os profissionais são muito competentes porque precisam inventar todos os dias por falta de material adequado. Lá temos o básico do básico, ou seja, bola e corda. Chegar até a quadra de esportes é uma dificuldade considerando que o acesso é feito por uma escada longa e íngreme (WILSON).

Os materiais da escola em que trabalho além de mínimo estão em péssimas condições a estrutura também não é adequada, embora a quadra seja grande e coberta, o acesso é complicado, pois a escada é grande e perigosa. Os profissionais são muito bons (KATRINE).

A escola em que trabalho conta somente com os profissionais, pois tanto a estrutura quanto os materiais estão em péssimas condições (MÉRCIA).

Costa (2010, p. 2) defende que:

A promoção de uma escola inclusiva, em especial ao nos referirmos à cultura, ao esporte e ao lazer, se faz com estrutura educacional adequada, sem barreiras atitudinais, sociais, arquitetônicas que possam impedir o acesso dos(as) deficientes ao espaço escolar.

Quanto a forma de avaliação que os profissionais utilizam para avaliar os alunos as respostas foram:

Não utilizo os mesmos procedimentos que utilizo com os alunos sem deficiência (JOÃO)
Os procedimentos de avaliação são diferenciados (KATRINE).
Não é justo nem possível utilizar os mesmos procedimentos (MÉRCIA).
Não é possível utilizar os mesmos procedimentos, faço a avaliação de forma diferenciada (DARLAN).
Não é impossível (LUIZ).
Os procedimentos de avaliação são diferenciados (AMANDA).
Não dá para utilizar os mesmos métodos, é preciso usar procedimentos diferentes (WILSON).
Eu utilizo procedimentos diferentes (BRUNO).

Rodrigues (2008) reforça a concepção de singularidade no aprendizado ao afirmar que pessoas com a mesma deficiência podem apresentar necessidades educativas completamente distintas. Assim a avaliação, sobretudo a de caráter formativo, deve ser um instrumento que auxilie o aluno na busca e descoberta do conhecimento, observando seus avanços, limitações, como também potencialidades.

Para Guijarro (2005) uma questão crucial é como conciliar um ensino respeitoso das diferenças e dos processos individuais de aprendizagem, com uma avaliação que acaba sendo igual para todos. Dada a perspectiva de uma educação inclusiva, o fim da avaliação não é classificar ou rotular os alunos, mas como identificar o tipo de ajudas e recursos que precisam para facilitar seu processo de ensino- aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível verificar-se que os profissionais entrevistados que atuam nas Escolas Municipais de Pitangui MG, reconhecem a inclusão como direito do aluno, buscam se capacitar, promover atividades diversas para a

participação de todos. Contudo alguns não conseguem trabalhar de forma que todos sintam se inclusos. Os professores em sua maioria buscam meios para que a inclusão aconteça realmente em suas aulas, mas esta inclusão é bloqueada por espaços inadequados e a falta de material apropriado e até mesmo o preparo profissional. É necessário ficar atento às necessidades dos alunos na tentativa de buscar condições favoráveis à participação dos mesmos nas aulas de Educação Física.

Foi possível observar na prática alunos realizando atividades de artes com a professora de apoio durante a aula de Educação Física. Ao ser questionado o professor respondeu que o aluno é autista, tem uma professora só pra ele e nunca se interessou pelas atividades físicas. Para que a inclusão seja bem estruturada, precisamos repensar sobre a forma de trabalhar com os educandos considerados diferentes, pois qualquer pessoa possuidora de uma deficiência é também de uma potencialidade. E o professor de Educação Física precisa conscientizar de que, no momento de sua aula o aluno é seu, ainda que tenha uma professora de apoio. A professora irá apoiar o aluno durante a realização das atividades que o professor propor, mas ele é o regente da aula.

Mediante observação e sabendo se o quanto é importante a atividade física para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor dos alunos, faz-se necessário não só capacitar os profissionais que atuam nessa área como adequar a estrutura física do ambiente e disponibilizar para os professores materiais didáticos necessários para o desenvolvimento das aulas. Pois, não só o professor é responsável pela qualidade das aulas, um ambiente propício aguça a curiosidade e convida os alunos a explorarem de forma ativa, desenvolvendo a coletividade, cooperação, socialização e o respeito entre eles, independentemente de qualquer limitação que apresente, escolar e na vida.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Caderno CEDES**, ano XIX, n. 48, p.69-89, 2003.

BRASIL. LEI 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 10 fev 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 19 de janeiro de 2020.

BRASIL **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 3.298,** de 20 de dezembro de 1999 -. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 10 abril 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296,** de 15 de dezembro de 2004 -. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D5296.htm. Acesso em 10 abril 2020. de 2004

CAMPEÃO, Marcia da Silva. **Atividade física e esportes para pessoas com deficiência física.** In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.) Benefícios e Objetivos. V.8. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, p. 43- 60, 2014.

CASTELANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** São Paulo: Papyrus, 1988

CONADE – **Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência.** Sítio eletrônico, 2013. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/conade/> . Acesso em 21 de nov. de 2019.

COSTA, Vanderlei Balbino da. Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. **Motriz,** Rio Claro, v.16 n.4 p.889-899, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/%2Fpdf%2Fmotriz%2Fv16n4%2Fa09v16n4>. Acesso em 12 de dezembro de 2019

CHICON, José Francisco; RODRIGUES; Graciele Massoli. (Org.). **Educação física e os desafios da inclusão. 2010 - (Livros, folhetos e folhas solt).** Acervo 125341 Vitória, ES: EDUFES, 2010. 211 p. ISBN 9788577720521 (broch.) Disponível em: <http://www.acervo.bc.ufes.br/biblioteca/index>. Acesso em 02 de maio de 2020.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola.** Campinas: Papyrus, 2010.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiências e Intervenções Pedagógicas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly, **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DPEA, 2003.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade: In: **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 5. ed.- São Paulo: Atlas, 2010. In Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. Publicado em 08/09/2017 em: <https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/> Acesso em 15 de fev. de 2020.

GORGATTI, M. G. **Atividades Físicas e esportivas para crianças e adolescentes com deficiência**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. **INCLUSÃO: UM DESAFIO PARA OS SISTEMAS EDUCACIONAIS**. In. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas**: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

JÚNIOR, Luís Sebra. **EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO DOCENTE NO AMBIENTE ESCOLAR – UNORP – UNIPINHAL UNICAMP**. 2006. Disponível em: www.gpef.fe.usp.br 2006. Acesso em: 15 de jan. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LIMA, Solange Rodovalho. **Introdução ao esporte adaptado: História, evolução e atualidades**. In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). v.1. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2014. p. 31 - 71.

MARTINS, C. L. R. Educação Física Inclusiva: Atitudes dos Docentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-656, abr./jun. 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Moderna. – 2010.

MARQUES, K.G.; SILVA, R. V. e SILVA, R. F. **Atividades inclusivas na educação física escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.efdesportes.com>. Acesso em 10 abr. 2020.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva?** Faculdade de Educação da Universidade - de São Paulo. 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, João Danilo B.; SANTOS, Admilson; RABELLO, Roberto Sanches. **Análise da produção do conhecimento em Educação Física Adaptada na perspectiva da educação inclusiva em periódicos científicos**. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2011, Porto Alegre. Anais... Porto

Alegre: 2011. p.2 4. Disponível em:
<http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php./XVII_CONBRACE/2011/index.
Acesso em: 13 maio de 2020.

OLIVEIRA, J. C. P.; OLIVEIRA, A. L.; MORAIS, F. A. M.; SILVA, G. M.; SILVA, C. N. M. **O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados:** vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. 2015. Disponível em:
<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos> Acesso em 15 junho de 2019.

PEDRINELLI, V.J, **Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós. Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial Revista Integração. Ano 14, Edição Especial, 2002

RIBEIRO, Sonia Maria; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 7-160, maio 2004.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Formar Professores de Educação Física numa Perspectiva Inclusiva In: GAIO, R.; SEABRA Jr., L.; DELGADO, M. A. (Orgs.). **Formação Profissional em Educação Física: ações e reflexões.** Várzea Paulista: Fontoura, 2011.

SALVADOR, Beatriz Spricigo. **A inclusão escolar nas aulas de Educação Física: dificuldades dos professores.** 19. 2015. Disponível em <
<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 04 fev 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009

SILVA, Simone Cerqueira; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relato de pesquisa interação entre professora e alunos, com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília, n.3 vol.11 set./dez. 2005.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação física: raízes européias e Brasil. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 143 p. (Coleção Educação Contemporânea) VEIGA, I.P.A. (org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível.** São Paulo: Editora Papirus, 2004.

VIEIRA, Ivaldo Brandão. **Atividades e esportes inclusivos para pessoas com deficiência física.** In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). v.8. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2014.